

# Cuidado necessário

O presidente Fernando Henrique Cardoso escolheu a forma de um pronunciamento nacional por rádio e televisão para comunicar ao País que se integrava — com todo o peso e autoridade do cargo — a uma espécie de cruzada.

A *Jerusalém* a ser libertada é o estado agônico do que se convencionou chamar de sistema escolar brasileiro. A causa é da maior relevância e — ninguém discute — de urgência absoluta. Como o tema parece encontrar unanimidade em todos os discursos políticos, o presidente, talvez propositadamente, optou por comunicar formas de ação, bem concretas, que já vinham sendo antecipadas pelo ministro Paulo Renato Souza. Como não poderia deixar de ser, S. Exa. tratou, logo nas primeiras palavras, de recursos financeiros.

Ao assim proceder, o presidente da República fez suas escolhas, o que, convenhamos, significa definir uma política. Fê-lo, escolhendo o *dono* desse recurso: o ensino básico. É preciso reconhecer o bom senso da opção, o que não significa dizer que tudo vai melhorar apenas porque a União definiu como prioridade o ensino básico. Há muitos anos essa é a prioridade, com os resultados conhecidos. Se é absolutamente correto garantir que a primeira providência seja fazer chegar "sem desperdícios nem desvios" às 200 mil escolas o dinheiro do governo, dizer que apenas *fechando o ralo* do desbarate, do extravio, o salário dos professores irá melhorar, é oferecer um Band-aid político para curar grave hemorragia interna, que exige um competente tratamento técnico. Pagar ao educador com alguma dignidade exige algo mais do que gastar bem os recursos públicos; exige vontade política de investir em Educação. Com profunda mudança, nas três instâncias de poder, do município à União, do que é alocação de recurso em área prioritária. Exigiria a colaboração do Congresso Nacional para definir quem é *dono* dos recursos públicos em Educação. Alguém acredita que o atual perfil do Congresso sinaliza mudanças nessa direção? O presidente Fernando Henrique deve saber disso melhor do que todos. Portanto, preferiu tratar fratura exposta com bandagem.

O presidente insistiu muito em

que Educação "de qualidade" é a prioridade do seu governo. Como educador, o presidente Fernando Henrique sabe que é preciso, como aliás asseverou, "preparar os professores", mencionando o "instrumento fabuloso" da televisão educativa

para alcançar tal objetivo. Está prometida a instalação de um aparelho de TV em cada uma das 200 mil escolas do País, oferecendo programas especiais de aperfeiçoamento para o educador e todo tipo de mate-

rial de apoio para "ilustrar as aulas". Inegavelmente a *telinha* é instrumento importante, síntese da modernidade, arma completa contra a chatice do ato de aprender, mas... seria o suficiente? Seria a televisão o *maná* capaz de, sozinho, fazer brotar a capacidade de rearranjar conhecimento e introduzir o novo, além de — como dom acessório — erradicar a praga da ignorância? É tarefa grande demais até mesmo para instrumento tão poderoso como a televisão; "preparar professores" é tarefa complexa que envolve aspectos os mais variados, que apenas começam na transmissão de conhecimento. Antes de criar uma expectativa impossível de satisfazer, não seria melhor deixar que o *milagre televisivo* cumpra apenas o papel que tem na Educação em todo o mundo: instrumento acessório, longe de ser o "principal" na arte de ensinar alguma coisa a alguém?

Há mais. O presidente Fernando Henrique é homem que conhece as formas que o totalitarismo pode assumir. Com todo o impacto que o veículo possui, com todo o poder que tem de influenciar comportamentos, um sistema tão amplo de televisão educativa, com um aparelho em cada escola, não poderia despertar apetites políticos os mais variados? Se no auge do período autoritário um dos governos militares tentasse propor tal "sistema nacional" não teríamos volumosa gritaria — de teor no mínimo social-democrata — avisando dos riscos de tamanho poder em tão poucas mãos? Não se lembrará S. Exa. do que foi a utilização política da Educação antes de 1964? O conteúdo dos programas de "aperfeiçoamento" dos professores e de "ilustração" das aulas necessita ser amplamente discutido sob pena de tornar-se alvo de críticas talvez imerecidas.

ESTADO DE SÃO PAULO

- 8 FEV 1995